

JOHN STUART MILL: O PAPEL DO INDIVÍDUO NAS ESTRUTURAS DEMOCRÁTICAS

Antonio Cesar Ferreira da Silva¹

Resumo: Este trabalho procura apresentar as preocupações de Mill com os governos representativos, sobretudo os democráticos, com enfoque na questão da individualidade. Nesta perspectiva, se procura mostrar o que é fundamental para a manutenção das estruturas democráticas a partir da garantia da liberdade e dos direitos dos indivíduos.

Palavras-Chave: democracia, governo, individualidade, liberdade, maioria, poder.

JOHN STUART MILL: THE ROLE OF THE INDIVIDUAL IN DEMOCRATIC STRUCTURES

Abstract: This article aims to discuss the concerns of Mill with the representative governments, especially the democratic ones, focusing on the aspects of individuality. Assuming this perspective, it is highlighted the fundamental basis for the maintenance of democratic structures through the guarantee of liberty and individual rights.

Key-Words: democracy, government, individuality, liberty.

Ao longo da tradição política ocidental a democracia se tornou um dos principais temas abordados por uma gama ampla de intelectuais e de amantes da vida pública. Dentre esta diversidade de pensadores e amantes do debate político pode-se ressaltar a figura de John Stuart Mill que agregou a si as qualidades de: filósofo, economista e parlamentar inglês. Apesar de sua obra tratar do tema aqui proposto a partir dos referenciais históricos e políticos de sua época, os textos de Mill não deixam de trazer questões para as democracias da atualidade. A democracia, que é um tema caro para muitos que a abordam, traz sua dinâmica

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará, com período sanduíche (CAPES) na Université Charles-de-Gaulle (Lille 3 - Sciences Humaines et Sociales). Possui Graduação em filosofia pela Universidade Estadual do Ceará e Mestrado em Filosofia pela PUC-SP. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana (Bahia). e-mails: acesarfsilva@yahoo.com.br ; acesarfsilva65@gmail.com; acfsilva@uefs.br; <https://orcid.org/0000-0003-0010-3555>

como uma das principais questões para as democracias ocidentais, sobretudo pelas ameaças que vem sofrendo, tanto da esfera política, quanto da esfera moral e da religiosa. Portanto, o que se propõe aqui é pensar numa possibilidade possível para o equilíbrio e a manutenção das democracias. Mill em sua obra nos apresenta esta possibilidade de proteção às estruturas democráticas, através do respeito aos direitos dos indivíduos. Desta forma, se discutirá nas linhas que se seguem a importância do indivíduo para a manutenção das estruturas democráticas na obra *Sobre a Liberdade*. Isto não significa que será desconsiderada outras obras suas, pois o título supracitado só pode ser compreendido a partir do conjunto de seu pensamento.

A perspectiva democrática de Mill e os fundamentos que ajudam a manter sua estabilidade e perenidade, logo são evidenciados em sua obra *Sobre a Liberdade*. No capítulo introdutório, Mill anuncia o assunto do qual irá tratar, assunto que segundo este autor, é tratado de forma pouco clara, e que consiste nos limites do poder da sociedade sobre os indivíduos. É uma de suas preocupações mais importantes. Ele observa que as sociedades de uma forma geral continuam aumentando e acumulando cada vez mais poderes, suprimindo o poder dos indivíduos e de sua liberdade. Ou seja, uma tendência de controlar os indivíduos, onde o estado assume um controle sobre todas as atividades da vida coletiva. Para Mill este fenômeno de controle do estado e de suas autoridades sobre os indivíduos remontam a épocas anteriores a sua. É o conflito entre liberdade e autoridade. Entre liberdade e igualdade. Entre indivíduo e sociedade. Assim, Mill anuncia esta questão:

O conflito entre Liberdade e autoridade é a mais evidente faceta dos eventos históricos com que estamos familiarizados, particularmente os da Grécia, Roma e Inglaterra. Mas nos tempos antigos essa competição permanecia entre os súditos e o governo. Por liberdade se queria significar proteção contra a tirania dos dirigentes políticos. (MILL, 2010, p. 37).

O que estava em jogo nas antigas sociedades, como lembra Mill, era a necessidade de as populações estarem protegidas dos seus governantes, e que os governantes respeitassem as populações governadas. Destas estruturas antigas de estado, a liberdade fluía na medida em que os governantes respeitavam seu povo. Um governo que não agia de forma tirânica proporcionava uma vida de liberdade aos seus súditos. Mesmo com este dilema do controle, os governantes tinham uma função primordial que era a de proteger sua população contra

ataques externos e evitar que injustiças fossem cometidas internamente. A função de um nobre era de governar um reino ou uma região, onde exerciam o papel de juízes em diversas questões e querelas que envolviam a população. Exemplo: quando um fazendeiro reivindicava de um vizinho uma indenização, recorria à autoridade que julgasse a questão. Este tipo de situação garantia a existência da justiça e, em consequência, a paz interna. O problema é quando estes senhores e governantes não usavam o seu poder para garantir a paz e sim para ampliarem seu poder e sua riqueza. Neste segundo caso, a população e os indivíduos ficavam à mercê de uma autoridade tirânica. O que se buscava diante de tal situação? Mill assim retrata o caminho para resolver o problema da tirania: *O objetivo, portanto dos patriotas era o de antepor limites ao poder de que o governante dispunha sobre a comunidade, e era essa limitação que eles reconheciam como liberdade.* (MILL, 2010, p. 38). A liberdade neste sentido era conquistada na medida em que se limitava o poder dos dirigentes.

No entanto, nas sociedades mais complexas, encontra-se uma nova forma para se pensar a condição dos indivíduos. Agora, os limites do poder dos governantes não são, por si só, suficientes para se garantir as condições ideais aos indivíduos. Mais do que limitar poderes é preciso estabelecer o exercício destes poderes. Assim, a representatividade entra em cena. Com a representatividade a escolha temporária de governantes torna-se o centro da questão do poder e de sua relação com o povo, com os indivíduos. Neste sistema de representação, não há uma oposição entre quem governa e quem é governado, pois os governados se fazem presentes nos governos, na medida em que escolhem seus governantes. E, também, no sentido que podem destituir os escolhidos para exercer o governo. Para Mill, o importante neste sistema de representação é a identificação da vontade do povo com a vontade de seus representantes. O governo representativo é para muitos o melhor sistema de governo até então criado. Ele possibilita uma maior interferência da população nas decisões políticas e sociais. Há inclusive muitos defensores deste regime que sustentam uma participação cada vez mais direta da população, da maioria. No entanto, será que esta estrutura política é a mais perfeita? Ou, ela traz um outro tipo de problema? Esta questão é uma preocupação de Mill.

No governo representativo, não se combate mais o poder de um homem, ou de um pequeno grupo. Mill identifica, no poder representativo, uma ameaça, pois muitas vezes os interesses da maioria prevalecem, em detrimento de uma parcela da sociedade. Além disto, o

discurso dos governantes aponta para a direção dos interesses de todos, mas na prática defendem apenas seus interesses. Tem-se no seio da própria sociedade representativa uma ameaça, pois aquilo que parecia ser a solução perfeita para as ameaças da tirania, transformou-se num outro tipo de tirania, *a tirania da falsa representação*. Assim fala Mill:

Além disso, a vontade do povo significa praticamente a vontade da parte mais numerosa ou da mais ativa do povo; a maioria, ou aqueles que conseguem fazer se passar por ela; o povo, por conseguinte, pode desejar oprimir uma parte de sua totalidade, e são necessárias precauções contra isso tanto quanto contra qualquer outro tipo de abuso de poder. (MILL, 2010, p. 41).

Isto significa que mesmo o governo representativo pode excluir segmentos, na medida em que executa aquilo que é conveniente para si e para o grupo que lhe dá suporte. Em todo o processo de transformação política, que foi marcado pela substituição dos regimes tirânicos pelos regimes representativos, observa-se que a tirania mudou seu perfil. Se não há mais a tirania de um homem, ou o poder abusivo de uma aristocracia, inaugura-se, com o sistema da representação, a tirania da maioria, que inclusive no século XX apresentou a face do terror que a humanidade ainda não conhecera. Os regimes totalitários apresentaram-se como aqueles que emergiram do clamor das majorias e para as quais se dedicavam de forma plena. Seus dirigentes eram consagrados ao povo, assim como os pastores às suas ovelhas, mas o que se assistiu foi a perseguição a grupos e a indivíduos que se discordassem, por menor que fosse a questão, das posições dos governos que representavam a vontade da maioria. Mesmo ao viver no século XIX, Mill percebeu que a dinâmica das sociedades democráticas poderia encaminhar-se para o colapso da vida social. Veja-se o que Mill apresentou:

Como outras tiranias, a da maioria se fez primeiro temida, e ainda geralmente o é, principalmente através dos atos das autoridades públicas. Mas pessoas ponderadas perceberam que, quando a sociedade mesma é o tirano – a sociedade tomada coletivamente, acima dos interesses dos indivíduos separados que a compõem –, seus meios de tiranizar não ficam restritos a atos que podem ser realizados pelas mãos dos funcionários políticos. A sociedade pode executar e efetivamente executa as suas próprias ordens, e se ela emite algumas ordens erradas ao invés de corretas, ou qualquer ordem que seja em assuntos em que ela não deveria se imiscuir, ela pratica uma tirania social muito mais terrível do que outros tipos de opressão política, já que, apesar de não ser seguida de penalidades extremas, ela deixa menos vias de escape, penetrando profundamente nos detalhes da vida e escravizando a alma ela mesma. (MILL, 2010, p. 42).

Embora tenham ocorrido no século posterior ao de Mill, foi possível que ele se ativesse aos perigos da vontade da maioria. Se por um lado fez-se necessário impor limites a

autoridade de um governante, também o é, impor limites à vontade de uma maioria. Buscar o ponto de equilíbrio entre o respeito às individualidades e os interesses da coletividade é algo que se está por responder. Mill reconhece que a busca de soluções práticas para esta questão é primordial para a vida em sociedade. Um dos pontos que dificultam, para Mill, a busca de soluções é a que se refere aos costumes. Os interesses dos indivíduos, assim como os interesses da maioria, envolvem limites e restrições às ações de um ou outro componente da estrutura social. Como lidar com isto? A tradição e os costumes definem de forma arraigada no cotidiano das pessoas uma série de comportamentos, e isto se reflete na possibilidade de definição dos limites necessários para todos os atores sociais. Quer sejam os indivíduos, quer seja um grupo ou classe social devem ter definidos seus limites a partir de uma proposição de base racional e civilizacional. Do ponto de vista dos costumes esta base racional não se constitui, enquanto elemento central, mas sim em certo continuísmo daquilo que já se experimenta a muito tempo. Geralmente se toma a opinião própria, a qual serve de referência para todas as questões que envolvem a vida pessoal e a vida coletiva. Nada é definido a partir de uma discussão de base racional, que possa delinear as regras da sociabilidade e as condutas que muitas vezes a lei não consegue atingir. Tudo acaba definido a partir das meras opiniões pessoais, ou de uma determinada comunidade a partir de seus interesses e desejos. Em diversas ocasiões estes desejos estão imersos em superstições e preconceitos.

Para o homem comum, no entanto, a sua preferência não apenas é uma razão perfeitamente satisfatória, mas é a única que ele possui, geralmente para quaisquer noções que venha a ter de moralidade, gosto ou decoro, e que não sejam explicitamente expressas no seu credo religioso; e que é também o principal guia mesmo para esse último. A opinião dos homens, correspondentemente, sobre o que é louvável ou criticável é afetada por todas as múltiplas causas que influenciam os seus desejos em relação às condutas dos outros, e que são tão numerosas quanto aquelas que determinam os seus desejos em qualquer outro assunto. Às vezes, suas razões, outras vezes seus preconceitos ou superstições, frequentemente os seus afetos sociais, e muitas vezes os antissociais, as suas invejas e os seus ciúmes, a sua arrogância ou menosprezo, mas, mais comumente, os seus desejos e medos, os seus próprios interesses, legítimos ou ilegítimos. (MILL, 2010, p. 44).

Além disto, é frequente que a moralidade de um país seja esboçada a partir dos interesses de uma classe em ascensão. Os interesses e sentimentos desta classe influenciam e se impõem aos demais seguimentos da sociedade. Mill cita uma série de exemplos históricos

que envolvem esta situação, como: espartanos e hilotas, príncipes e súditos, nobres e lacaios, homens e mulheres.

Há também uma tendência que impõe à conduta moral determinadas perspectivas e que Mill intitula de servilismo. Este servilismo costumeiramente impõe perspectivas duras àqueles que porventura não se enquadrem no perfil moral estabelecido. Muitos foram punidos com castigos corporais que os levaram à morte.

Geralmente o que define a conduta moral e as regras estabelecidas origina-se nos sentimentos e no gosto de determinados grupos. Este contexto, para Mill, mantém-se até mesmo com o aval daqueles que são mais avançados que a sociedade de sua época. E o que se construiu, em termos de regras e conduta moral, restringe-se basicamente a pacto de aceitação, em certos parâmetros, de certas condutas. Não se configurou uma discussão sobre aquilo que é fundamental para a sociedade, mas tentou-se modificar aquilo que diz respeito a um ou outro indivíduo. O fundamental que é a discussão em torno da liberdade restringiu-se à correção do comportamento de determinados indivíduos. O que vigora é a total determinação do controle das individualidades. Mill aponta que apenas nos acordos firmados após o fim das guerras religiosas na Europa, obteve-se uma perspectiva de respeito às liberdades. E, mesmo assim, este respeito é extremamente limitado, pois se restringe apenas a autorização que as minorias obtiveram para serem diferentes. Assim, fala Mill sobre a questão das conquistas oriundas da liberdade religiosa:

No entanto, tão natural é a intolerância da humanidade naquilo que realmente importa a ela que a liberdade religiosa só foi de fato implementada na maioria dos lugares em que a indiferença religiosa, que não quer ver a sua paz de espírito estremecida por controvérsias religiosas, pôs o seu peso na balança. Na mente da maioria das pessoas religiosas, mesmo nos países mais tolerantes, o dever da tolerância é admitido com ressalvas tácitas. (MILL, 2010, p. 47).

Mesmo no chamado contexto de tolerância religiosa, a condição das minorias e dos indivíduos é extremamente restrita. Nas sociedades modernas, que têm na liberdade seu fundamento se assemelha na prática a sociedade de castas. Esta lógica de castas vigorou na antiguidade, onde as chamadas elites civilizadas combatiam os grupos que não eram considerados civilizados, a fim de melhorá-los, segundo Mill. Para Mill, o despotismo teve um sentido positivo quando se defrontou com culturas bárbaras, as quais não haviam ainda experimentado a cultura civilizada. Neste contexto, Mill admitia a imposição de um braço

forte para o disciplinamento dos incultos. Isto até que fosse possível a efetivação de uma discussão livre e igualitária no seio da sociedade. Alcançando-se o progresso civilizacional os meios de coação e violência poderiam ser exterminados plenamente. No caso de desrespeito a um outrem, as sanções deveriam ser aplicadas aos infratores. Aqui deve-se respeitar, para Mill, os direitos de todo e qualquer indivíduo. Segundo Mill, esta noção de direito não cai no uso casual da abstração, ela tem um sentido utilitarista. Sobre a utilidade da ideia de direito em Mill se tem o seguinte:

A propósito, rejeito qualquer vantagem que poderia ser derivada para o meu argumento da ideia de direitos abstratos como algo independente da utilidade. Vejo a utilidade como o tribunal final em todas as questões éticas, mas ela deve ser utilidade em seu sentido mais amplo, firmada nos interesses do homem enquanto um ser que progride. (MILL, 2010, p. 50-51).

A questão do direito dos indivíduos deve passar pelo crivo de sua utilização, ou se corre o risco de cair nas abstrações oriundas de toda e qualquer sociabilidade, quanto à liberdade de seus membros, pois muitas vezes o que se projeta sobre o assunto não passa de palavras mortas. Na prática, a maioria das sociedades procura obter o máximo controle possível de seus membros. Em alguns momentos da história fez-se necessário este controle da sociedade sobre os indivíduos na medida em que ameaças externas colocavam em xeque a sobrevivência desta mesma sociedade. Mill admite este poder centralizador das forças que dirigem uma sociedade cercada por ameaças. No entanto, não admite nenhuma outra hipótese de controle total. Tece críticas duras inclusive a pensadores de sua época, como Auguste Comte. Mill refere-se a Comte da seguinte forma:

O senhor Comte, em particular, cujo sistema social, tal como delineado em seu *Système de Politique Positive*, almeja estabelecer (através da moral mais do que por dispositivos legais) um despotismo da sociedade sobre o indivíduo que ultrapassa qualquer coisa contemplada no ideal político dos mais rígidos disciplinadores dentre os filósofos antigos. (MILL, 2010, p. 55).

No entanto, em sua obra *Considerações sobre o governo representativo*, Mill apresenta qual seria o melhor caminho para a constituição de um governo. Logo no capítulo III, cujo título é *Que a forma de governo ideal é o governo representativo*, há uma crítica ao governo despótico. Mill reconhece que mesmo um governo despótico possuindo um déspota excelente os problemas de poder se perpetuariam. Seria necessário que este déspota fosse onisciente, e desta forma pudesse controlar todos os abusos que se originassem do poder. Por

melhor que fosse este monarca e os homens que o auxiliassem, este modelo de governo sempre traria danos para as pessoas. O controle sobre tudo o que acontece no reino é impossível de ser alcançado. E, mesmo que isto ocorresse o clamor do poder sempre tende a encaminhar-se para um controle total sobre a manifestação dos indivíduos. Isto é um mal irreparável, numa estrutura de poder despótico, como em qualquer outra estrutura de poder. *On Liberty* Mill fala da seguinte forma: *O poder em si mesmo é ilegítimo. O melhor governo tem tanto direito a ele quanto o pior. Esse poder é ruim, e ainda pior quando exercido de acordo com a opinião pública do que contrariamente a esta.* (MILL, 2010, p. 58). Para Mill, o poder é sempre um ingrediente de posse sobre os indivíduos, pois sua forma de manifestar-se ocorre sempre pelo cerceamento de manifestação daqueles que se opõem às investidas de controle. Para Mill, tanto a opinião da maioria, como a opinião de um único indivíduo têm o mesmo peso. Mesmo na estrutura de um despotismo, dirigido por um homem eminente, se teria uma multidão de seres passivos. Haveria um mal maior do que este no seio da humanidade? A passividade que é fruto de um controle desmesurado seria a melhor condição para o homem? Para Mill, seria um dos maiores males.

Para Mill, a melhor forma de governo seria aquela em que a soberania pertencesse à massa reunida em comunidade. (MILL, 1981, p. 31). Isto deve ser levado em consideração a partir de dois pontos traçados por Mill. São eles: ... *em que medida ele promove a boa administração dos negócios por meio das faculdades morais, intelectuais e ativas existentes nos vários membros da comunidade; e qual o seu efeito na aprimoração ou deterioração dessas faculdades.* (MILL, 1981, p. 31). Mill reconhece esta forma de governo como a melhor possível dentre todas as outras, porque proporciona as melhores condições para todos os membros da sociedade. Isto ocorre quando os interesses e direitos de todos os membros da sociedade são respeitados. O governo só agiria na defesa do interesse e dos direitos dos indivíduos, quando estes não dispusessem de mecanismos para defendê-los. Também, tudo o que diz respeito aos bens de um indivíduo, deve ter a garantia de ser mantido a partir dos esforços de cada indivíduo. Ou seja, o indivíduo deve possuir uma diversidade de formas de manifestação, e em nenhuma instância pode estar submisso a alguma esfera de poder. Isto não inviabiliza um processo de punição. Mas este processo ocorre apenas quando um indivíduo ultrapassa os direitos de um outro indivíduo. A eficácia disto que Mill propõe,

acerca do bem-estar, se dá na medida em que os seres humanos são capazes de defenderem a si mesmos. Se a defesa do indivíduo ficar a cargo de uma estrutura estatal, cria-se uma dependência nos indivíduos. Assim, se teria indivíduos dependentes, que gerariam uma sociedade doentia, uma sociedade do controle. Esta autonomia dos indivíduos, (Mill não emprega o termo autonomia no seu texto sobre o governo representativo), não é sinônimo de egoísmo, mas sim expressão máxima de uma individualidade. E afirma:

Uma condição inerente aos assuntos humanos é a de que nenhuma intenção, por mais sincera que seja, de proteger os interesses dos outros pode tornar seguro ou salutar amarrar-lhes as mãos. Ainda mais obviamente verdadeiro é o fato de que apenas por suas próprias mãos podem as pessoas promover melhorias positivas e duráveis em suas condições de vida. (MILL, 1981, p. 33).

É a partir desta condição que Mill exemplifica historicamente as experiências de povos que obtiveram uma boa condição de vida, pois exerciam sua liberdade, enquanto outros povos amargavam a servidão e o atraso. Não há remédio melhor para qualquer atraso do que a liberdade e a iniciativa de um povo, o seu ardor industrioso. Exemplo disto nos dá Mill, ao comentar sobre a história do povo espanhol. Este assim que se livrou de regimes repressores começou a trilhar o caminho do movimento geral do progresso europeu. O povo espanhol saiu da inércia, da passividade, e começou a ser ativo. Todo governo controlador prefere sempre um povo passivo. Para Mill, o governo representativo é aquele onde o povo pode de certa forma ser ativo, pode ser um povo livre. Quando um povo escolhe uma forma de governo representativo efetiva-se a possibilidade deste povo usufruir de seus plenos direitos de cidadania. Para Mill o governo representativo é a melhor forma de governo. Assim, se refere Mill ao governo representativo:

Depois de todas essas considerações, torna-se evidente o único governo capaz de satisfazer a todas as exigências do estado social é aquele do qual participou o povo inteiro; que toda a participação, por menor que seja, é útil; que a participação deverá ser, em toda parte, na proporção em que permitir o grau geral de desenvolvimento da comunidade; e que não se pode desejar nada menor do que a admissão de todos a uma parte do poder soberano do estado. Mas como, nas comunidades que excedem as proporções de um pequeno vilarejo, é impossível a participação pessoal de todos, a não ser numa porção muito pequena dos negócios públicos, o tipo ideal de um governo perfeito só pode ser o representativo. (MILL, 1981, p. 38).

No entanto, o governo representativo possui seus limites e pode colocar até mesmo a liberdade que o fundou em risco. Mill reconhece que há uma série de ameaças que podem asfixiar os indivíduos também em um governo representativo, imputando-lhes uma atitude passiva diante da dinâmica da vida. Aliás, todo e qualquer tipo de governo que inviabiliza a criatividade do indivíduo é rejeitado por Mill. Isto fica claro, nas críticas feitas aos regimes monárquicos e despóticos e aos representativos como também às estruturas burocráticas que perpassam qualquer tipo de governo. Mill reconhece que em alguns momentos históricos um ou outro tipo de governo é aquele possível de se efetivar para trazer o melhor benefício para a população. Cita alguns exemplos de sociedades que mesmo possuindo um governo centralizador, colheira com o mesmo o melhor de sua época. A questão é que Mill procura apontar para os problemas oriundos das estruturas de poder que estão no seio dos governos. E isto também é o que ocorre frente aos governos representativos.

Assim, uma das melhores formas de se garantir a saúde do governo representativo é a garantia da liberdade dos indivíduos. Sem a possibilidade de se manifestar, os indivíduos seriam sufocados e as estruturas de poder acabariam criando uma sociedade fechada. A todo custo, Mill procurou uma dinâmica de possibilidades que garantisse aos governos representativos uma conduta que preservasse a liberdade dos indivíduos. Esta condição dos indivíduos seria o termômetro da saúde do sistema.

Apesar dos limites das análises de Mill, não se pode negar sua contribuição ao debate em torno daquilo que pode garantir ou não num sistema representativo, a liberdade dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRILHANTE, A.A. **The centrality of accountability in John Stuart Mill's liberal-utilitarian conception of democracy**. London: PhD, 2007.

MILL, John S. **Considerações sobre o governo representativo**. Tradução de Manoel Innocêncio de L. Santos Jr. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MILL, J. S. **Sobre a liberdade**. Tradução e organização de Ari R. Tank. São Paulo: Hedra, 2010.

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 14	n. 36	Janeiro – Abril 2025	p. 379 - 389
--------------------------	--------	-------	----------------------	--------------

ORY, Pascal (Org.). **Nouvelle histoire des idées politiques**. Paris: HACHETTE, 1987.

TOURAINÉ, Alan. **O que é a democracia?** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

VERGARA, Francisco. **Introdução aos fundamentos filosóficos do liberalismo**. Tradução de Catherine M. Mathieu. São Paulo: Nobel, 1995.